

ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: TENTANDO CLASSIFICAR O FUNDEF?

Francisco José da Silva – UFRGS/CNPq/SEDF
manoonam2br@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo caracterizar o financiamento da educação pública básica no DF à luz das modificações decorrentes do uso de recursos provenientes do FCDF. Com base na metodologia aplicada pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, o governo registra que, no período de 2002 a 2006, aplicou-se em MDE, entre 30,83% e 32,55% da sua receita de impostos. No entanto, constata-se que, sem os aportes do FCDF, os percentuais, no mesmo período, variam de 11,11% a 17,5%, o que coloca o GDF no rol de entes federados que descumprem o artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: FUNDEF; políticas; estilos.

TEXTO AMPLIADO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma tentativa de classificação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) a partir dos estilos/modelos de políticas públicas clássicas. Uma das conclusões é que os critérios de redes de proteção social estudados não se aplicam facilmente ao campo das políticas educacionais e a programas específicos, porque não refletem a política educacional como um todo e uma melhor e mais abrangente classificação exige estudos adicionais do conjunto das políticas educacionais. Faz-se mister frisar, que, esse Fundo, na discussão aqui proposta, é: a) tido como a política de financiamento de maior destaque na área de educação na década de 80 do Século XX; b) polêmico no que se refere à sua abrangência como política pública, o que, numa análise futura, poderá levar a reflexões acerca mesmo da sua natureza. Sendo, então, importante e polêmico, claro, torna-se também complexo, no que se refere à sua adequação às tipologias existentes sobre políticas sociais. A abordagem, na verdade, sugere uma pausa no debate sobre a implementação do Fundo, não porque seja menos importante, mas sim pela urgente necessidade de iniciar processo de apreensão do Fundef no espectro de tipologias existentes, o que, se bem sucedida, poderá contribuir para apreensão dos complexos fenômenos relacionados à implementação do Fundef e, quiçá, dos demais Fundos públicos na área de educação, como o próprio Fundeb, em vigor a partir de 2007. Afinal, que tipo de política é o Fundef? É possível classificá-lo de acordo com as tipologias existentes na literatura internacional e que abarcam toda e quaisquer políticas públicas? Fica claro, então, que os critérios de redes de proteção social estudados não se aplicam facilmente ao campo das políticas educacionais e a programas específicos, porque não

refletem a política educacional como um todo. Essa tentativa de classificação demandaria estudos adicionais do conjunto das políticas educacionais e essa análise foge aos objetivos desse ensaio, pois, afinal de contas não é trivial transpor as grandes tendências (macro política) para o campo local (micro político), principalmente no âmbito educacional.